



Webmail ENSP

Fale com a Fiocruz

Busca do Portal

ok

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

ENSP

Radis

Edição atual

Sumário

Editorial

Capa

Cartum

Todas as edições

Exclusivo para web

Radis na rede

Quem somos

Expediente

Fale conosco

Assinatura

Use nosso conteúdo

Pesquisa

Radis 25 anos

**COLETÂNEA
RADIS 20 ANOS**


Conteúdo das
revistas Dados,
Súmula e Tema
e dos jornais

Proposta e Radis publicados
entre 1982 e 2002.

Radis nº 93 – Maio de 2010

Sumário

Entrevista: Marcelo Neri

Foto: Virginia Damas/CCI-ENSP-Fiocruz



“Por uma década de desenvolvimento humano”

Bruno Dominguez

A imagem que se costuma ter de um economista é a de alguém que trabalha com números, buscando caminhos para o crescimento econômico. Marcelo Neri, economista-chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, no entanto, expressa o engano dessa generalização: trabalha com informações sobre o Brasil na perspectiva do desenvolvimento humano. Em entrevista à *Radis*, o PhD em Economia pela Universidade de Princeton (EUA), que, em março, abriu o ano letivo da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz), com a palestra *Educação, distribuição de renda e*

desenvolvimento humano: uma abordagem transversal, aponta avanços sociais no país, como a redução da pobreza e da desigualdade. Indica, no entanto, que é preciso “virar a página de uma agenda velha”, o que se traduz em investir em saneamento, saúde e educação para oferecer serviços de qualidade.

O senhor classifica os últimos dez anos de “década da redução da desigualdade”, referindo-se a mudanças sociais no Brasil. Quais foram os principais avanços no período?

A redução da desigualdade de renda no país foi a principal característica da década. A renda dos 10% mais pobres cresceu 72% em termos reais per capita, entre 2001 e 2008, enquanto a dos 10% mais ricos aumentou em 11%. Também houve avanço no número de empregos formais a partir de 2004, consequência do trabalho iniciado na década anterior — em que as crianças foram para a escola e se estabilizou a economia. Assistimos à incorporação de 32 milhões de pessoas às classes ABC desde 2003 e à saída de 18,5 milhões da pobreza, entre 2003 e 2008. Para mim, esta foi uma pequena grande década: pequena na extensão, grande nos resultados.

Que medidas levaram a esses avanços?

Dois terços da queda da desigualdade se devem à renda do trabalho; 17%, ao [Programa] Bolsa-Família; e 15,7%, ao salário mínimo. A grande vantagem do Bolsa-Família é que cada real gasto no programa reduz a desigualdade 384% mais do que cada real gasto com o aumento do salário mínimo. Este é um grande exemplo de

política social focalizada: chega aos mais pobres dos pobres e transforma a vida deles. A renda do trabalho, por outro lado, garante a sustentabilidade desse processo.

O Bolsa-Família é muito criticado. Como avalia esse programa?

Tem méritos e desafios, mais do que problemas. O maior mérito é chegar aos mais pobres a baixo custo: com 0,4% do Produto Interno Bruto, o programa atinge 25% da população e consegue melhorar significativamente a condição de vida dos beneficiados. O Bolsa-Família é uma

plataforma que leva o Estado aos mais pobres. Falta usar essa plataforma para ofertar serviços melhores — como a Estratégia Saúde da Família e a agenda educacional. O norte da agenda social brasileira deveria ser um Bolsa-Família 2.0.

"O norte da agenda social brasileira deveria ser um Bolsa-Família 2.0"

No país, percebe-se grande preocupação com o crescimento econômico. Em sua opinião, pensa-se um projeto de desenvolvimento para o Brasil?

A qualificação do crescimento vem ganhando cada vez mais espaço. Desenvolver é sair do envelope, descobrir possibilidades. É fundamental pensarmos em desenvolvimento econômico e humano. Embora nossa taxa de crescimento tenha sido menor que a dos chineses nos últimos anos, podemos dizer que nosso crescimento é melhor. Ao contrário deles, nós reduzimos a desigualdade e temos uma preocupação ambiental mais forte, embora cheia de problemas — os chineses são a ovelha negra da fuligem. Eles têm um regime fechado, nós vivemos numa democracia, com participação popular. Avançamos também na questão distributiva: os pobres no Brasil crescem como se estivessem na China. Nesse boom econômico entre 2003 e 2008, a renda per capita no Nordeste subiu 7,3% ao ano, descontando-se inflação e aumento populacional, enquanto a média do Brasil foi de 5,3%. A região vive um momento quase chinês. E a boa notícia é que ainda crescem por lá programas sociais e trabalho, o que garante o fator de sustentabilidade.

Qual é a situação do saneamento, por exemplo?

A expansão do saneamento foi retomada. Ao ritmo de 1996, levaríamos 56 anos para cumprir a meta do milênio; ao ritmo de 2006 e 2008, esse prazo caiu para 16 anos. Ou seja, houve uma aceleração, que infelizmente só durou dois anos. Agora é a primeira vez em que metade da população tem acesso a rede de coleta de esgoto, mas isso significa que metade não tem acesso nem sequer a coleta, quanto mais a tratamento — apesar de 85% dos brasileiros morarem em

áreas urbanas, o que deveria facilitar a expansão. Digo que o saneamento é a imagem do século 18, talvez 19, em pleno século 21: é uma agenda velha cuja página nunca foi virada nas nossas políticas sociais. Às vezes, fala-se numa agenda futurista, como distribuir um computador para cada aluno, mas, como o próprio nome indica, o saneamento deveria ser básico, especialmente porque tem impacto na saúde. Foi encorajador ver a repercussão das pesquisas que realizei sobre esse tema velho. Por meio do Programa de Aceleração do Crescimento, autoridades começaram a se mobilizar. Mas é necessária uma boa gestão para avançarmos nessa agenda antiga.

"O Brasil não gasta pouco nas áreas sociais, mas o recurso é mal gasto e mal distribuído"

Que outras "agendas antigas" precisam de atenção?

A educação para os jovens: não basta ofertar escola, tem que botar na escola. Essa é uma agenda mais ou menos velha que não se encaminhou. A onda educacional começou no ensino fundamental e agora está querendo chegar ao médio e ao superior. Nos últimos anos, temos avançado mais na educação do que na saúde. A saúde viveu sua grande revolução com a criação do SUS. Hoje, sinto que a educação

está na frente, por ter metas de qualidade e formas de atestá-la, exemplo da Prova Brasil. Talvez, nos últimos cinco anos, a educação tenha tido o maior avanço prático e conceitual — o Bolsa-Família foi o principal avanço nos cinco anos anteriores e a saúde, o principal nos anos 1990.

O senhor afirma que a próxima década deve ser a da educação...

Não digo no sentido de que será, mas de que deveria ser, de que eu gostaria que fosse. Assim como a saúde trabalha com os determinantes sociais da saúde, a educação tem trabalhado com os determinantes sociais da educação. Na educação, entre 70% e 80% do desempenho dos jovens explicam-se por seu *background* familiar; a escola afeta o aprendizado menos do que gostaríamos. Sabemos quão ruins as nossas escolas são, por meio da Prova Brasil, do Enem — sistemas imperfeitos de avaliação, mas fundamentais para que fossem estabelecidas metas de qualidade para 2021. Temos uma bússola com o Norte apontado. Se conseguiremos continuar nessa direção, só o tempo vai dizer.

"A verdade é que o Brasil está dando certo, progredindo muito bem"

O que tem afastado os jovens da escola?

O retorno da educação, seu potencial para gerar mudanças na vida das pessoas, é muito claro. No entanto, o jovem não quer ir à escola. Não basta se oferecer escola de qualidade, tem de se convencer a sociedade de que a escola vale a pena — o que não deveria ser difícil — porque realmente vale. Temos que melhorar a oferta e a demanda. Vamos perder a guerra se não conscientizarmos os jovens e seus pais da importância da educação. Não é uma agenda fácil, pois tem resultados em longo prazo, para além dos horizontes dos políticos — envolve uma clientela que não vota. Em termos gerais, esta deve ser a década da qualidade dos serviços. A saúde parece não ter encontrado sua nova agenda com tanta clareza quanto a educação, mas essas entressafras são normais.

Que "agendas novas" o senhor destaca?

Defendo o investimento na primeira infância, tanto na saúde quanto na educação. Seria a antítese da agenda social brasileira, que dá o remédio, em vez de prevenir: a pessoa vive uma vida miserável e, ao fim, tenta-se reajustar sua aposentadoria para compensá-la. O investimento na primeira infância traria grande retorno. Só que se ignora a primeira infância, talvez por essa ter sido uma questão disseminada pouco tempo atrás. Hoje é um caminho reconhecidamente desejável.

Na saúde, defende que tipos de cuidado na primeira infância?

Principalmente a companhia da mãe; em alguns casos, o cuidado em creches de alta qualidade. Por que a criança pobre tem que sair atrás, nessa corrida por uma vida melhor? É o que acontece na prática. Na saúde, a primeira ação deveria ser a presença da mãe ou de uma instituição que desempenhe, complementarmente, o papel dela. Se a pessoa começa a vida bem, em condições naturais, é provável que prossiga com qualidade. O Brasil tem tendência muito curativa.

Há quem diga que as deficiências tanto na educação quanto na saúde pública são consequência da evasão da classe média para serviços privados. O senhor concorda?

Os dois lados fazem parte da mesma cena, então, fica difícil dizer o que causa o quê. É verdade que a evasão da classe média reduz a pressão. Na visão dos brasileiros, ser classe média é consumir serviços privados — símbolo de status. Buscam a qualidade, porque têm recursos; falta garantir qualidade àqueles que não têm recursos. Sou defensor da gestão baseada em metas: do mesmo modo que as empresas privadas estabelecem metas de desempenho, deveríamos ter metas de desempenho social a fim de alcançarmos resultados melhores com o dinheiro público. O retorno deve ser

social, como qualidade e equidade.

Para o senhor, qual o principal problema das políticas sociais?

O Brasil não é um país que gasta pouco nas áreas sociais: 24% do Produto Interno Bruto nos três níveis de governo. Mas esse recurso é mal gasto e mal distribuído, entre as áreas (Saúde, Educação, Previdência) e dentro de cada uma. Assim, os problemas de financiamento e de gestão se associam. Ter dinheiro é condição necessária, mas no Brasil não tem se mostrado suficiente. O país tem condições de dar um salto — e eu sou otimista convicto. Podemos avançar muito mais, desde que haja boa gestão.

Neste ano eleitoral, podemos esperar um debate voltado a um modelo de desenvolvimento para o Brasil?

Não temos sinais disso. Acredito que será, sim, debatido o desenvolvimento do ponto de vista econômico, mas não do ponto de vista humano. Seria muito bom falarmos de primeira infância, educação e saúde de qualidade, mas ainda predomina essa agenda *retrô* — fordista, de capital físico. Os candidatos se esquecem que, investindo nas pessoas, o país cresce a partir delas. Em 2002, temas como o Fome Zero, proposto por Lula, e a luta contra a desigualdade, de Serra, submergiram ao longo da campanha. O próprio desempenho do Cristovam Buarque, chamado de candidato de uma nota só por defender a educação, mostra que essa aposta não é muito promissora. Isso é preocupante, mas faz parte do jogo. Na campanha, há em geral uma dissonância entre a agenda que gostaríamos de ver, a que vemos e a que de fato será implementada após a eleição.

Como avalia a qualidade das pesquisas que retratam a situação do país?

O mundo, e o Brasil, em particular, vivem uma revolução com os cadastros — dados como endereço, identidade, conta de banco. Essas informações estão começando a ser exploradas nas pesquisas, de modo muito promissor. Acho que os pesquisadores da área social ainda não se deram conta dessa potencialidade. Por outro lado, trabalhamos muito bem com dados de pesquisas domiciliares. Em outros países, como a Argentina, isso não acontece. O Brasil está bem posicionado na qualidade das pesquisas, mas poderia progredir mais numa área complementar, de identificar o país tal como percebido pelas pessoas. Lidar não só com dados técnicos, objetivos, mas também com a visão da população sobre a própria vida e a vida do país. Se um pai acha a escola do filho ruim, o gestor pode atacar os problemas ou mesmo a percepção equivocada. Alguns anos atrás, passaram a ser ouvidos representantes de grupos; agora, deveríamos ouvir as pessoas. Esses dados são difíceis de avaliar, mas vale a pena seguir esse caminho, para conhecer os nossos problemas e procurar soluções. Os pesquisadores ainda correm muito atrás da oferta de informações; temos minas de conhecimento que não foram sequer abertas e podem levar a um aprendizado muito grande.

O senhor afirma que o Brasil muda rapidamente para melhor e muita gente não percebe. A que atribui essa invisibilidade?

É difícil atribuir... As pesquisas já mostram o avanço há pelo menos cinco anos, mas os brasileiros demoraram a perceber. Diria que somos um povo bipolar, acreditamos que nossa vida é boa, mas a do país, não. A verdade é que o Brasil está dando certo, progredindo muito bem. Nosso nível ainda não é bom, mas está melhorando. O risco é acharmos que está bom e não avançarmos mais. Temos um caminho pavimentado, com algumas dificuldades que devem ser resolvidas no trajeto. ■



Revista completa



Ler PDF

3.467 kb

Salvar PDF

2.921 kb

Sumário

[Radis](#)

[Quem somos](#)

[Expediente](#)

[Fale conosco](#)

[Use nosso conteúdo](#)

[Pesquisa](#)